

tos colocando à disposição dos contratantes, enceradeiras, sabão, papel higiênico, detergente, aspirador de pó, etc., todo tipo de material de limpeza. A empresa faz o contrato dessa forma. Quando se pega o valor do contrato, lá está escrito que a empresa tem 400 empregados para realizar o serviço – uma hipótese: a Câmara dos Deputados – e no seu contrato está um valor imenso. Dividindo-o, não sei quantos milhões por empregados, significa que o empregado está recebendo um salário baixo, de dois, três mil cruzados e a empresa recebendo uma exorbitância. Mas a realidade não é bem essa.

Por isso, as categorias estão se organizando, não tanto para se defender, e sim para mostrar a realidade – e os órgãos públicos sabem disso. Recentemente, houve uma reunião no Ministério do Trabalho, convocada pelo Sr. Ministro Almir Pazzianotto, para que os órgãos públicos – S. Ex.^a proibia essa atividade, alegando que isso não devia continuar – e, nessa reunião, os próprios administradores públicos mostraram a S. Ex.^a que os contratos eram daquela forma, que não podiam concordar, porque não tinham condições de funcionar sem essas empresas, com contratos diretos.

O problema do valor é muito sério na interpretação. Vai para a imprensa, por isso !

Há pouco tempo, a Fundação Hospitalar, se fosse contratar diretamente, não teria recursos para comprar apenas enceradeiras que a empresa tem lá dentro. Então, a questão do valor é séria nesse sentido.

Os salários são realmente baixos, porque os empregados não têm qualificação profissional ou são semi-qualificados. Trata-se dos serventes, copeiros, etc. Os salários são baixos, não apenas na área de empresa de serviço. Logicamente, se se trata de pessoas sem qualificação profissional, os salários são baixos em qualquer outro setor, a menos que sejam empregados de indústrias especializada. Esse é outro aspecto.

Quanto à regulamentação por lei ordinária, a própria categoria patronal, unida com a de empregado, vem acompanhando e tentando um projeto de lei, que é o 8.174, que está em tramitação no Congresso, antes da instalação da Constituinte, regulamentando isso.

Quanto à regulamentação por lei ordinária, estamos de pleno acordo. Estamos lutando por isso. Já foram visitados vários parlamentares, na época oportuna, para que fosse compreendido disso. Acredito que, em alguns casos, deva se regulamentar.

O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado): – Chamamos a atenção de V. S.^a, que o período está esgotado, mas terá tempo suficiente para terminar o seu raciocínio.

A SRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA: – Mas não na Constituição, porque se ela descer a detalhe de regulamentar contratos... Esta não é matéria própria para a Constituição. Por isto sustentamos que deva ser na lei ordinária, porque pode a situação ser modificada e precisar fazer uma alteração em benefício de trabalhador, do próprio País. Esta é a nossa posição.

Esperamos ter dado os esclarecimentos necessários e colocamo-nos à disposição para essa visita, caso o ilustre Parlamentar queira fazer a meia-noite de hoje, mas o prazo foi prorrogado em função de interesses da própria Casa e do próprio trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

A contribuição que os Srs. debatedores trouxeram a esta Casa, sem dúvida alguma, é de muita relevância e de muito significado.

O Deputado e o Senador, no exercício do seu mandato, têm constantemente muitos desafios. Foi uma atitude muito acertada da Constituinte a de abrir as portas para as emendas populares, para a presença de representantes de entidades aqui na Assembléia Nacional Constituinte.

Esta é a hora também de o povo falar, de todas as entidades e instituições deste País se apresentarem para falar, trazer suas reivindicações e discutir os problemas da vida deste País. É hora da democratização e na hora da construção democrática, o papel de cada um é de suma importância, cada um tem que cumpri-lo com responsabilidade, com zelo e com dedicação.

Encerramos, assim, a nossa reunião, convocando para amanhã às 9 horas a Comissão de Sistematização, quando teremos a oportunidade de discutir Reforma Agrária e Ordem Econômica e Social, especialmente. Várias emendas populares serão apresentadas nesse sentido.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 30 minutos.)

17ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e oito minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alcení Guerra, Aluizio Campos, Antônio Carlos Konder Reis, Artur da Távola Brandão Monteiro, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rossi, Haroldo Sabóia, Jamil Haddad, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luis Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Assad, Milton Reis, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Renato Vianna, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Adyson Motta, Albano Franco, Beth Azize, Chagas Rodrigues, José Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maranhão, José Tinoco, Luiz Salomão, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Roberto Balestra, Rose de Freitas e Ulderico Pinto. Estiveram presentes, também, os seguintes Senhores Constituintes não integrantes desta Comissão: Maria de Lourdes Abadia, Sólton Borges dos Reis, Virgílio Guimarães, Vivaldo Barbosa, Matheus Iensen, Costa Ferreira, Arnaldo Faria de Sá, Edimilson Valentim, Carlos Alberto Caó, Koyu Iha, Robson Marinho, Hermes Zaneti, Nelson Aguiar, José Elias Murad, Cardoso Alves, Mário Covas, Ivo Vanderlinde, Geraldo Campos, Darcy Deitos, Olívio Dutra, Raquel Capibaribe, Max Rosenmann, Silvio Abreu, Milton Barbosa, Lídice da Mata, Ubiratan Spinelli, Dirce Tutu Quadros, Eraldo Trindade, Luis Roberto Ponte, Moema São Thiago, Anna Maria Rattes, Alexandre Puzyna, Adhemar de Barros Filho, João de Deus Antunes, Chico Humberto, Mauro Benevides, Homero Santos, Osmir Lima, Narciso Mendes, Maguito Vilela, Humberto Souto e Walmor de Luca. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabrail, Carlos Chiarelli, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiuza, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Sauna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião destinada a continuar a discussão das Emendas Populares. Antes de conceder a palavra ao primeiro orador, Jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o Senhor Presidente Afonso Arinos destacou que se encontrava presente o professor, acadêmico, ex-Governador de Pernambuco, ex-Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, um dos maiores nomes da atualidade brasileira, Redator-Chefe do **Jornal do Brasil**, que engrandeceu o nosso País na defesa dos interesses brasileiros, muitas vezes postos em risco pela cobiça internacional. Acrescentou ainda que Barbosa Lima Sobrinho, na sua idade propecta, é, ainda, pelo vigor, pela energia intelectual, pela disposição permanente de servir à causa pública, um dos homens mais importantes deste País, razão por que, em homenagem e em atenção a esse velho amigo e companheiro da Academia Brasileira de Letras, do **Jornal do Brasil**, devia informar aos presentes e registrar nos anais que juntos receberam da egrégia Faculdade de Direito de Pernambuco, em Recife, terra natal do amigo, no mesmo dia e na mesma noite, o título de Professor Honorário. Passou-se, então, aos oradores, para a defesa das Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-119 – Monopólio Estatal do Petróleo – defensor: Jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Apartes: Constituintes Lysâneas Maciel, Jamil Haddad, Pompeu de Souza, Artur da Távola, José Maurício, José Genoíno e Edmilson Valentim. Neste instante, o Senhor Constituinte Adylson Motta, com a palavra, pela ordem, comunicou ao Plenário que acabava de falecer, em Brasília, no Hotel Nacional, o Senhor Constituinte Alair Ferreira, do PFL do Rio de Janeiro, apresentando suas condolências aos familiares do colega desaparecido e à Bancada daquele Estado, no que foi acompanhado pelos Senhores Constituintes José Maurício, Arnaldo Faria de Sá e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente Afonso Arinos informou que tomara conhecimento do fato através do Senhor Presidente Ulysses Guimarães, recém-chegado àquela reunião, assegurando que adotaria as providências cabíveis com relação ao fato ocorrido, no sentido de fazer chegar aos parentes do colega desaparecido os sentimentos pesarosos de todos ali expressos. Prosseguiu-se à ouvida dos oradores inscritos. 2ª) PE-052 – Reforma Agrária – defensor: Sr. José Francisco da Silva – Presidente da CONTAG. Apartes: Constituintes Plínio de Arruda Sampaio, Luiz Salomão, Edmilson Valentim, Mário Covas, Roberto Freire e Roberto Cardoso Alves, com os cumprimentos, também, do Senhor Presidente; 3ª) PE-053 – Reforma Agrária – defensor: Deputado Estadual/Pará – Valdir Ganzer, Apartes: Constituintes José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Amaury Müller, Ademir Andrade e Nelton Friedrich. Nesta oportunidade, deixou a Presidência dos trabalhos o Senhor Constituinte Afonso Arinos, assumindo-a

o 2º Vice-Presidente Constituinte Brandão Monteiro; 4ª) PE-098 – Reforma Agrária – defensor: Flávio Teles Menezes – Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Apartes: Constituintes Plínio de Arruda Sampaio, José Carlos Sabóia, Ademir Andrade, Cardoso Alves e Haroldo Sabóia; 5ª) PE-013 – Ordem Econômica – defensor: Dom Francisco Austragésilo Filho, Bispo de Juazeiro – BA. Apartes: Constituintes Plínio de Arruda Sampaio, José Carlos Sabóia e Olívio Dutra. Encerrada a primeira parte da lista de oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a reunião às quatorze horas e dois minutos, anunciando a sua continuação, a partir das quinze horas e vinte minutos, no mesmo local. Reaberta a reunião, às quinze horas e vinte e três minutos, pelo Senhor Constituinte Aluizio Campos, 1º Vice-Presidente, foi concedida a palavra aos oradores inscritos para a defesa das Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-055 – Ordem Econômica e Social – defensor: Constituinte Olívio Dutra que, ao final do seu pronunciamento, pediu a transcrição nos anais da Comissão de pronunciamento feito pelo Constituinte Luiz Gushiken, a respeito do Sistema Financeiro Nacional; 2ª) PE-089 – Ordem Econômica e Social – defensora: Constituinte Lídice da Mata; 3ª) PE-035 – Livre Iniciativa – defensor: Dr. Mário Amato – Presidente da Fiesp. Apartes: Constituinte Paes Landim; 4ª) PE-080 – Dívida Externa – defensor: Dr. Inácio Arruda. Nesta ocasião deixou a Presidência o Senhor Constituinte Aluizio Campos, assumindo-a, nos termos regimentais, o Senhor Constituinte Lysâneas Maciel, que concedeu a palavra aos oradores seguintes: 5ª) PE-045 – Consumidor – defensor: Sra. Lúcia Pacifico Homem. Apartes: Constituintes Darcy Deitas, Adhemar de Barros Filho, Dirce Tutu Quadros e José Elias Murad. 6ª) PE-047 – Abastecimento – defensor: Sr. Manoel Henrique Farias Ramos. 7ª) PE-025 – Cooperativismo – defensor: Dr. Guntolf Van Kaick – Presidente em exercício das Organizações das Cooperativas Brasileiras. Apartes: Constituintes Adhemar de Barros Filho, Darcy Deitas, Olívio Dutra, Ivo Vanderlinde, Alcení Guerra, Paulo Roberto Cunha e Walmor de Luca. Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, deixa a Presidência o Senhor Constituinte Lysâneas Maciel, assumindo-a, nos termos regimentais, o Senhor Constituinte Alcení Guerra, que dá prosseguimento à ouvida dos oradores seguintes: 8ª) PE-070 – Planejamento Regional – defensor: Sr. Manoel Osório de Lima Viana. Apartes: Constituintes Mauro Benevides, Ademir Andrade e Ivo Vanderlinde. 9ª) PE-046 – Imposto único sobre Minerais – defensor: Constituinte Walmor de Luca. Apartes: Constituintes Adhemir Andrade e Ivo Vanderlinde. Encerrada a lista de oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Constituinte Alcení Guerra convocou reunião da Comissão, destinada a continuar a discussão para o dia quatro subsequente, às nove horas e trinta minutos, encerrando a reunião às dezenove horas e dois minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos): – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O primeiro tema marcado para hoje é a reforma agrária. O Presidente, entretanto, deseja comunicar à Comissão de Sistematização e aos Senhores e Senhoras presentes nas galerias que se encontra aqui o professor, acadêmico, ex-Governador de Pernambuco, ex-Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, um dos maiores nomes da atualidade brasileira, Redator-Chefe do **Jornal do Brasil**; Barbosa Lima

Devemos encontrar o caminho para, sem concessões, estabelecer regras claras com as respectivas corporações, num esforço para a integração do trabalhador no processo de desenvolvimento da empresa, respeitado como pessoa humana e valorizado como profissional.

As últimas negociações diretas entre empregados e patrões mostram que já obtivemos um sensível avanço, quando se verifica que as partes não estão fechadas ao diálogo e podem se entender com franqueza e dignidade, promovendo um relacionamento melhor e mais digno entre o capital e o trabalho. Devemos, sem qualquer preconceito, conviver com as lideranças sindicais esclarecidas e, dentro dessa convivência, aceitar as suas legítimas aspirações. Promovendo o ambiente propício, pela criação de condições que assegurem o bem-estar material e a justiça social, através do melhor relacionamento entre capital e trabalho, o empresário torna-se ao mesmo tempo agente e principal fiador da ordem democrática organizada dentro do respeito à liberdade de iniciativa.

Srs. Constituintes, finalizando a emenda aditiva apresentada pelas lideranças empresariais contém uma proposta sincera, visando a reformas estruturais que venham atender aos anseios da sociedade por melhor qualidade de vida, por via do desenvolvimento nacional, com a estabilidade econômica e paz social. Uma nova ordem que, institucionalizada, corrija e discipline o poder tutelar do Estado sobre a sociedade, revertendo-o em um maior poder de controle da sociedade sobre o Estado. Ela sintetiza a consciência do empresariado da livre iniciativa sobre a sua grande responsabilidade para com a Nação.

O progresso econômico, base da evolução política e da estabilidade social, sempre dependeu da iniciativa, da competência do empresariado. Essa é a nossa maior e mais gloriosa responsabilidade da realidade presente, ajudar a construir o futuro, constituindo em nosso País uma sociedade estável, digna, livre e próspera. (Palmas).

O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM: – Sr. Presidente, permita-me. Quero apenas congratular-me com o ilustre Presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo pelo seu pronunciamento nesta tarde. Acho que na transição democrática em que vivemos é importante que todas as lideranças do País, tanto as dos produtores quanto às dos empresários e sindicatos, se libertem da tutela do Estado e possam livremente expor, com plena convicção, suas doutrinas e suas posições, como foi feito, com muita competência, pelo Sr. Mário Amato nesta reunião da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Sr. Presidente, é fundamental, que a empresa privada nacional seja cada vez mais forte e poderosa, porque não posso conceber a possibilidade de que seja construída uma sociedade democrática estável sem empresa privada forte. Temos a experiência do regime autoritário dos últimos 20 anos, quando, coincidentemente, o autoritarismo político levou também ao autoritarismo econômico, com exacerbação da presença do Estado na economia, atrofiando não só o sistema econômico, mas também o sistema político nacional. Saúdo, Sr. Presidente, o eminente Presidente da FIESP, pela sua liderança empresarial, que não se dobra às injunções e às conveniências do Estado, não aquela liderança de empresários que vivem às custas de subsídios ou incentivos e que perdem autoridade perante o Estado. Neste momento de transição democrática, é da maior importância que líderes como o Sr. Mário Amato e outras lideranças independentes da área sindical tenham voz firme e corajosa para ajudar a construção democrática deste País.

O SR. MÁRIO AMATO: – Agradeço ao ilustre Constituinte o apoio que deu ao nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos): – Agradeço a V. Ex.^a

Concedo a palavra ao Sr. Inácio Arruda, Diretor da Federação de Associações de Moradores de Fortaleza, que falará, em defesa da Emenda Popular nº 88, sobre a suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros, representando a Confederação Nacional das Associações de Moradores de Brasília, a União Nacional dos Estudantes de São Paulo e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

O SR. INÁCIO ARRUDA: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o povo brasileiro deposita enorme esperança nos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte. Há confiança em que os principais problemas nacionais sejam resolvidos com a elaboração da nova Constituição. A responsabilidade dos que foram eleitos para esta função é, portanto, redobrada. Tenho certeza de que, se os resultados destes meses de trabalho não acenarem ao povo com mudanças, a frustração será generalizada. A gente brasileira vive uma situação dramática. Os problemas que enfrentamos são os mais graves possíveis. As soluções que se apontam – quando apontadas – são as mais lentas e ineficazes. Essa gente, de Norte a Sul do País, ouviu atenta as promessas, feitas nas últimas eleições, de que o Brasil iria mudar, e agora quer que o Brasil mude. É este o compromisso daqueles que foram eleitos para nos representarem na elaboração da nova Constituição.

Estou aqui, hoje, perante esta Assembléia, também como representante do povo.

Fui indicado pela Confederação Nacional de Associações de Moradores e Federação de Associação de Moradores de Fortaleza, Ceará, para aqui defender uma emenda popular, respaldada por milhares e milhares de assinaturas.

Como representante da Conan poderia aqui falar sobre os sérios problemas que os brasileiros enfrentam em seu cotidiano. Poderia falar do déficit da moradia, problema que se agrava a cada dia e para o qual não vemos solução. Mesmo na Capital Federal a questão da habitação adquire proporções assustadoras.

Poderia tratar também do desemprego, que se torna cada dia mais grave. A perspectiva da falta de um emprego, de onde obter recursos para sustentar nossas famílias ronda os lares de todo o Brasil. Nossa gente sofre com a falta de atendimento de saúde, com a ausência de transportes eficientes e condizentes com a nossa realidade, com a falta de saneamento básico.

O acesso à educação é privilégio de poucos. Milhões de crianças abandonadas perambulam pelas ruas, esperando ser atingidas por um golpe de sorte ou por um tiro mortal da Polícia.

O que quero dizer é que problemas não nos faltam, mas venho falar daquele que talvez seja o maior de todos, hoje: a questão da dívida externa. Nosso argumento vem em defesa da emenda popular que, com a assinatura de perto de 50 mil brasileiros, propõe um tratamento mais enérgico e digno ao problema do nosso endividamento externo. Essa proposta foi apresentada, conjuntamente, por 22 entidades de peso nacional. Mais importante do que isso, porém, é que a emenda reflete o clamor da grande maioria dos brasileiros. É duro ver o trabalhador sacrificado, na penúria, enquanto o País paga bilhões de dólares, ao mês, a agiotas internacionais; é penoso para uma mãe de família ver seus filhos passarem fome, vivendo em barracos miseráveis, sem as mínimas condições, enquanto, só de juros e taxas, pagamos mais de um bilhão de dólares por mês a bancos estrangeiros. Não se trata de um ou outro

brasileiro desafortunado, trata-se da grande maioria do povo, pois a maior parte da nossa população vive em condições lastimáveis, em dificuldades, de fato, mal sobrevive.

O problema da dívida externa não é novo neste País, mas nunca, talvez, tenha havido um momento tão oportuno para resolvê-lo como agora, de modo que satisfaça aos anseios da nossa pátria, isto é, de que seja dado um basta na exploração desenfreada; que sejam colocados os pingos nos ii, esclarecendo-se que dívidas é essa que o Brasil acumulou, onde está esse dinheiro, quem emprestou, quem gastou e até quem roubou.

A rigor, o endividamento externo do Brasil teve início com a própria História do Brasil, desde que deixou de ser Colônia. É até folclórica a história de que o primeiro ato do Imperador D. Pedro I foi o de assinar um pedido de empréstimo à Inglaterra. É, portanto, um problema histórico crônico, mas que se agravou de maneira espantosa e irresponsável a partir do Golpe Militar de 64. Os militares assumiram o poder quando a dívida externa brasileira era de 2,5 bilhões de dólares e já se dizia que era um dos graves problemas que tínhamos. Durante toda a década de 60 a dívida externa brasileira oscilou entre três e quatro bilhões de dólares.

Foi no início da década seguinte, coincidindo com o período duro da ditadura militar e com o chamado "Milagre Econômico", que a dívida explodiu. Em poucos anos, saltou de quatro bilhões para mais de cinqüenta bilhões de dólares. Só esse número nos dá a indicação sobre que "Milagre" era aquele que os governantes daquela época, usurpadores do poder, estavam fazendo. O resultado está aí: uma dívida de cento e quinze bilhões de dólares que envergonha a Nação, bloqueando o desenvolvimento do País.

A história do Sistema Financeiro Internacional é tão velha quanto a própria história do capitalismo. Quando as primeiras indústrias foram instaladas já havia os mais espertos, que, ao invés de trabalharem, buscavam o caminho mais fácil de viver de juros e às custas de quem trabalha, de quem produz. Nós todos sabemos que aquele capitalismo da livre concorrência nunca passou de mote romântico para os clássicos filmes de John Ford. Desde os primórdios, o capitalismo tendeu ao monopólio, à concentração e ao atrelamento ao capital financeiro.

No século passado, a rota do colonialismo era também a rota do capital financeiro. As potências coloniais, especialmente a Inglaterra, começavam a deixar de ser nações industriais para assumirem o papel de agiotas. Emprestava-se dinheiro para qualquer finalidade e na quantidade que fosse requerida: dinheiro para a construção de ferrovias ou para as orgias e ostentações dos governantes da época.

Não se pretenderá, é claro, que a Constituição ora em elaboração decreta o fim do capitalismo. É importante, porém, que saibamos com clareza que o sistema financeiro internacional é o braço mais forte, mais agressivo, mais violento e mais explorador do imperialismo. O simples tamanho da nossa dívida externa, portanto, já é suficiente para demonstrar a dimensão da dependência da nossa economia. Os débitos não são apenas indicativos isolados, mas a parte central de um conjunto de dependências econômica, tecnológica, científica e cultural.

Com o desastre econômico provocado pela Segunda Grande Guerra, as grandes nações do Ocidente, sob a coordenação dos Estados Unidos, resolveram dar um novo ordenamento ao sistema financeiro internacional. Em 1944, na célebre convenção de **Bretton Woods**, foram criados o FMI

e o Banco Mundial. Alegava-se que com essas duas entidades seria mais fácil a reconstrução do pós-guerra. O que vemos, no entanto, é que, especialmente no caso do Brasil, essas entidades se prestam apenas à destruição, ao embotamento do nosso desenvolvimento e ao sofrimento do nosso povo.

A base central do sistema financeiro são os grandes bancos internacionais, aos quais o Brasil deve cerca de 60% do total da sua dívida. São enormes conglomerados, verdadeiros agiotas que se alojam em Nova Iorque, Londres e Tóquio, mas que espalham seus tentáculos até os mais recônditos países do mundo.

O período do nosso mais acelerado endividamento, entre 1969 a 1973, coincide com o momento em que os grandes bancos europeus e norte-americanos tinham grande disponibilidade de dinheiro. Essa abundância de recursos criou uma situação em que a exportação de capital a título de empréstimo, não de investimentos, era absolutamente necessária. Os bancos saíram, então, atrás de otários que quisessem dinheiro emprestado e encontraram seus clientes entre os países pobres da América Latina, Ásia, África; e, entre esses países estava e está o Brasil.

Mas esse fato deixa claro, desde logo, que a culpa pelo fato de essas nações deverem tanta é de governantes irresponsáveis e corruptos, não negamos, mas é também, e principalmente, dos banqueiros internacionais. Esses mesmos bancos estão por detrás das empresas multinacionais que atuam no Brasil. Essas empresas são responsáveis diretamente por grande parte de nossa dívida. É dinheiro que essas empresas emprestam de suas matrizes, através de bancos, como forma de aumentar sua remessa de lucros. O entrelaçamento entre esses bancos e as multinacionais é tal que o Banco Central do Brasil alega não ter como identificar os empréstimos que representam essa burla à lei de remessa de lucros. Não seria, porém, tarefa muito difícil para uma auditoria. Por exemplo, todo o mundo sabe que a **Nippon Electric Corporation** – NEC – é subsidiária de um banco que empresta dinheiro à NEC no Brasil. Como já disse, pois, cada multinacional tem um banco por trás.

A situação é grave. Outros países com menor poder de barganha que o Brasil têm adotado atitudes muito mais firmes e dignas que a nossa Nação. Chega a nos envergonhar a maneira como o Governo chamado Nova República tem tratado essa questão. Os acordos e acertos feitos pelos Governos passados de completa submissão ao capital financeiro internacional estão sendo mantidos e renovados. Mesmo a moratória parcial que se decretou foi muito mais em função de disponibilidade de caixa do que de altivez. Agora o Ministro da Fazenda Bresser Pereira afirma que precisa tomar emprestado mais de sete bilhões de dólares para pagar os juros e taxas do que já devemos. Mantém-se a mesma política que era praticada pelos mesmos senhores que hoje estão no poder. Isso é um absurdo.

A Nação brasileira não pode aceitar uma atitude tão dócil e subserviente como essa.

De repente, nova e salvadora idéia desponta no horizonte das alternativas ditada pelos banqueiros internacionais e pelos técnicos á cata de solução capitulacionistas transformar os juros e o principal da dívida externa em capital de risco no Brasil. Esta idéia vem associada a um ajuste na estratégia de penetração do capital estrangeiro no Brasil, a de criação de zonas industriais voltadas exclusivamente para a exportação, verdadeiros enclaves coloniais na economia nacional.

A idéia é aparentemente simples: se os empréstimos são transformados em capital de empresas, não haverá mais juros a pagar. Na realidade, as coisas se processam de modo inverso. Como os juros são apenas parte do lucro advindo do emprego do capital emprestado, as taxas de juros nunca poderão ser maiores do que a taxa média de lucro do capital, sob pena de inviabilizar os empréstimos. Por isso, a médio e a longo prazo, os empréstimos convertidos em capital de risco, tenderão a pressionar, com remessas e lucros, em taxas superiores às dos juros anteriormente praticados. Do ponto de vista de solucionar a sangria de divisas, a conversão da dívida em capital de risco não passa de um paliativo que, longe de resolver, agravará o problema.

Mas, quanto a resolver o problema dos banqueiros internacionais e das empresas multinacionais, a conversão funciona eficientemente. Como estratégia de desnacionalização, a conversão é bastante eficiente. A transferência de bilhões de dólares em ações de empresas nacionais para o controle de multinacionais, num tempo relativamente rápido, criará um forte impacto desnacionalizador sobre a economia do País, de dimensões nunca vistas.

Da dívida externa, só a parte contratada com bancos privados estaria sujeita ao processo de conversão. No caso do Brasil, essa parte equivale, hoje, a cerca de 68 bilhões de dólares. E, como 70% desses empréstimos são devidos pelas estatais, seria para essas empresas que se dirigiriam os esforços principais da conversão. E mesmo com uma parcela minoritária desses empréstimos, se convertida em ações, seria possível comprar o controle acionário de todas as maiores empresas brasileiras, privatizando-as ao capital estrangeiro.

Fala-se muito nas conseqüências que uma atitude mais firme poderia ter; fala-se da represália, do boicote e de outros fantasmas. Basta que o Brasil, na eventualidade de represálias, dê o troco, encampando as empresas originárias dos países que fizeram boicote, instaladas em nosso território. Este é apenas um dos muitos exemplos que se pode dar para evidenciar o enorme cacife que o Brasil tem internacionalmente. O que nos falta é poder de barganha, não é cacife; o que nos falta é vergonha, é coragem e dignidade.

Esta emenda popular que chegou à Assembléia Nacional Constituinte propõe muito mais do que alguma disposição transitória para a nova Constituição. Propõe que nós, brasileiros, deixemos de ser humilhados; propõe que voltemos a olhar as demais nações de igual para igual, com dignidade, de cabeça erguida. A suspensão imediata do pagamento da dívida – aí entendido o seu principal, mais taxas e juros – é o clamor da maioria esmagadora dos brasileiros. Só não era a vontade daqueles representantes dos interesses do capital estrangeiro, que, em troca de benesses ou qualquer punhado de moedas, vendem sua consciência.

Propomos que seja instalada uma auditoria, sob a coordenação e direção do Congresso Nacional, para que os brasileiros e o mundo todo saibam qual a dívida que temos. Uma auditoria que nos mostre quem nos emprestou, onde foi aplicado o dinheiro – se é mesmo que o foi – quem levou comissão, quanto foi pago e quanto, efetivamente, falta pagar, e assim por diante. Com base numa auditoria deste porte, aí sim, teremos condições de adotar novas medidas.

Podemos ter a certeza de que, uma vez desfeita a névoa que envolve a questão, muito pouco restará a pagar.

E, para ilustrar, o Instituto Schiller, dos Estados Unidos, realizou um estudo sobre a dívida externa brasileira, publicado no livro "Integración Iberoamericana", 1986. De acordo com esse estudo, devido a uma sobrecarga de juros no período de 1968 a 1975, o Brasil pagou, além do que devia, 33,2 bilhões de dólares. As perdas, por termos injustos de intercâmbio, no mesmo período, chegaram a 91,1 bilhões de dólares. A fuga de capital, também no mesmo período, foi de 8,3 bilhões de dólares, e o pagamento de juros ilegítimos chegou a 27,9 bilhões. Descontando essas quatro parcelas, a conclusão do Instituto Schiller, dos Estados Unidos, é que os bancos estrangeiros estão devendo ao Brasil 58,6 bilhões de dólares.

Assim, a curto prazo, deveremos propugnar a suspensão do pagamento dessa dívida e a abertura de rigorosa auditoria. A longo prazo, devemos nos preparar para o único caminho conseqüente, com a pilhagem em curso: o de enfrentamento do sistema financeiro internacional, denunciando a dívida e declarando, com coragem, o seu não pagamento.

Não vamos aqui ignorar as diferentes origens da nossa dívida externa. Uma parcela, embora bem pequena, é dinheiro devido a pessoas amigas, fruto de transações legítimas, de igual para igual, sem exploração, mas esse montante tem pouco peso no total da nossa dívida. A quase totalidade é de pura agiotagem. São transações repletas de mistérios, com ar mafioso. Todos sabemos que boa parte do dinheiro sequer entrou no Brasil, e que outra parte repousa em contas secretas na Suíça.

O fundamental, após tomarmos essas medidas, é que a questão do endividamento externo deixe de ser assunto apenas de alguns gabinetes do Poder Executivo. Assunto de tal gravidade deve ser tratado pelo Congresso Nacional, com amplos debates que envolvam toda a sociedade. Só devemos, daqui para a frente, buscar dinheiro no exterior em casos extremos e após decisão amplamente debatida, após o consentimento de toda a Nação. O que não se pode tolerar é que o Brasil continue aumentando sua dívida para pagar o que já deve. Uma nação inteira trabalha e produz riquezas para sustentar um punhado de agiotas. Temos que parar com isso.

A emenda popular que tramita na Constituinte propõe que a solução para o problema seja dada agora. A responsabilidade que está nas mãos de V. Ex.^{as}, Sras. e Srs. Constituintes, é muito grande. V. Ex.^{as} ficarão com enorme débito para com o Brasil se não adotarem uma atitude firme neste momento que o País vive, em que se elabora a nova Constituição, pois, tenho certeza, se tivesse havido tempo para tanto, teríamos nesta emenda pelo menos 120 milhões e 990 mil assinaturas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos o progresso e o desenvolvimento do País. A dívida externa significa a total estagnação da economia e do desenvolvimento da nossa Pátria.

Por isso, defendemos, neste plenário, a suspensão do pagamento da dívida externa e dos seus respectivos juros.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos): – Tenho o prazer de transmitir a Presidência dos trabalhos ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel, que os comandará até o final da presente agenda.